



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANA CLÁUDIA AIRES DE SOUSA SILVA**

**SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA: reflexões a partir do projeto de intervenção  
“na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na  
adolescência”**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2022**

ANA CLÁUDIA AIRES DE SOUSA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA:** reflexões a partir do projeto de intervenção  
“na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na  
adolescência”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: **Serviço Social.**

Orientador: **Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586s Silva, Ana Claudia Aires de Sousa.  
Serviço Social e o combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência [manuscrito] : reflexões a partir do projeto de intervenção "na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência" / Ana Claudia Aires de Sousa Silva. - 2022.  
29 p. : il. colorido.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2022.  
"Orientação : Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva ,  
Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."  
1. Adolescência. 2. Serviço Social. 3. Substâncias psicoativas. 4. Combate a drogas. 5. Uso de drogas. I. Título  
21. ed. CDD 362.708 35

ANA CLÁUDIA AIRES DE SOUSA SILVA

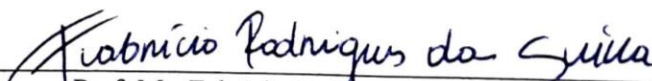
SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA: reflexões a partir do projeto de intervenção “na  
linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na  
adolescência”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

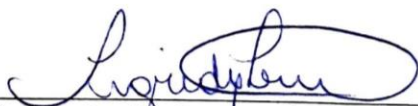
**Área de concentração:** Serviço Social.

Aprovada em: 23/11/2022.

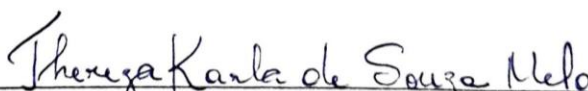
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Fabricio Rodrigues da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Ingridy Lammonikelly da Silva Lima (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

O objeto de trabalho do Assistente Social [...] é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra, etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto de trabalho profissional (IAMAMOTO 2000 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 03)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 INICIAÇÃO, CONSUMO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA .....</b>	<b>9</b>
<b>3 ATUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA QUESTÃO DO USO E ABUSO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS .....</b>	<b>12</b>
<b>4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA” .....</b>	<b>17</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>25</b>

SERVIÇO SOCIAL E O COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA: reflexões a partir do projeto de intervenção “na  
linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na  
adolescência”

SOCIAL SERVICE AND THE FIGHT AGAINST THE USE AND ABUSE OF  
PSYCHOACTIVE SUBSTANCES IN ADOLESCENCE: reflections from the  
intervention project “on the front line of the fight against the use and abuse of  
psychoactive substances in adolescence”

Ana Cláudia Aires de Sousa Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O uso e o abuso de substâncias psicoativas (SPAs) reflete em discussões no mundo inteiro diante das problemáticas que surgem e afetam a totalidade da vida social. A problemática do consumo e o abuso das SPAs envolve todos os setores que compõem a sociedade, não se limitando a aspectos que norteiam apenas o campo da saúde, mas também, os setores: político, econômico e social. E é na adolescência que o consumo de substâncias psicoativas apresentam predisponência para sua iniciação, o que requer uma atenção maior nos cuidados com este grupo e a criação de dispositivos de proteção social, sendo o Estado, o agente central, que possui o poder para potencializar a criação das políticas públicas e de instrumentos de enfrentamento das SPAs, e nesse contexto, a família, a escola e sociedade constitui elementos importantes para a garantia da proteção social e do futuro dos adolescentes. O trabalho tem como objetivo geral apresentar o relato da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Orobó-PE, e de modo especial relatar a execução do projeto de intervenção intitulado “Na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência”, que foi desenvolvido em parceria com a Escola Municipal Sebastião Gomes da Silva. O citado projeto partiu do pressuposto da importância do Assistente Social no trabalho de conscientização e prevenção sobre o uso e o abuso de substâncias psicoativas na adolescência, refletir sobre quais fatores colaboram para a iniciação do uso e abuso de substâncias psicoativas pelos adolescentes e compreender a relevância das políticas públicas na prevenção e enfrentamento do uso e abuso de substâncias psicoativas pelos adolescentes. Trata-se de um estudo bibliográfico, com uma abordagem qualitativa. Constatou-se que existem estigmas entre os tipos de substâncias psicoativas por parte dos adolescentes e sociedade civil, mas que, ambas trazem sérios danos e riscos à saúde como também afetam o seu desenvolvimento, o que deixa em evidência a necessidade da criação de mais políticas (como a política de Redução de Danos) voltadas para o enfrentamento desse problema social, que por suas consequências, se caracteriza como uma das expressões da questão social, e portanto, se torna um objeto de estudo e demanda para os profissionais do Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Adolescência. Serviço Social. Substâncias Psicoativas.

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
Email: cau.souza24@gmail.com

## ABSTRACT

The use and abuse of psychoactive substances (PAS) reflects in discussions around the world in the face of problems that arise and affect the totality of social life. The problem of consumption and abuse of SPAs involves all sectors that make up society, not limited to aspects that guide only the health field, but also the sectors: political, economic, and social. And it is in adolescence that the consumption of psychoactive substances shows a predisposition for its initiation, which requires greater attention in the care of this group and the creation of social protection devices, with the State, the central agent, which has the power to enhance the creation of public policies and instruments to face SPAs, and in this context, the family, school and society are important elements for guaranteeing social protection and the future of adolescents. The work has as general objective to present the report of the experience of mandatory internship in Social Work, carried out at the Social Assistance Reference Center (CRAS), in the municipality of Orobó-PE, and in a special way to report the execution of the intervention project entitled " On the front lines of combating the use and abuse of psychoactive substances in adolescence", which was developed in partnership with the Municipal School Sebastião Gomes da Silva. The aforementioned project assumed of the importance of the Social Worker in raising awareness and preventing the use and abuse of psychoactive substances in adolescence, reflecting on what factors contribute to the initiation of the use and abuse of psychoactive substances by adolescents and understanding the relevance of public policies in preventing and coping with the use and abuse of psychoactive substances by adolescents. It is a bibliographical study, with a qualitative approach. It was found that there are stigmas between the types of psychoactive substances by adolescents and civil society, but that both bring serious harm and risks to health as well as affect their development, which highlights the need to create more policies (such as the Harm Reduction policy) aimed at facing this social problem, which, due to its consequences, is characterized as one of the expressions of the social question, and therefore, becomes an object of study and demand for Social Work professionals.

**Keywords:** Adolescence. Social service. Psychoactive Substances.

## 1 INTRODUÇÃO

As substâncias psicoativas têm sido alvo de grandes discussões em todos os campos, seja na área da saúde pública, no setor econômico, bem como, no âmbito social, diante do aumento e da magnitude do uso e abuso dessas substâncias e suas implicações na totalidade da vida social, principalmente, pelos adolescentes, um grupo que apresenta uma certa vulnerabilidade devido a própria fase em que se encontram, que é caracterizada por alterações tanto biológicas, como psicológicas e comportamentais. É importante destacar que essa problemática social é histórica, conforme podemos observar a seguir.

O uso de substâncias psicoativas (SPAs) acompanha a história da humanidade que sofre, através dos tempos, constantes ressignificações. E essa problemática do uso indevido de drogas tem intensificado a preocupação das autoridades, instituições públicas e sociedade civil, pois o consumo dessas substâncias lícitas e ilícitas vem aumentando e causam



danos que precisam de uma intervenção imediata para a diminuição dos futuros prejuízos. (MOREIRA, SANTOS, 2016, p. 9)

Neste contexto, o consumo de SPAs não é algo novo, não se remete à contemporaneidade, é uma prática que já vem sendo realizada desde os primórdios da história, e com o decorrer dos tempos, o aumento do consumo e a procura dessas substâncias tem sido objeto de estudo e de preocupação de toda sociedade, em decorrência dos riscos e dos danos que seu uso contínuo e excessivo tem causado nos usuários, sobretudo, quando se trata de adolescentes.

A expressão substância psicoativa foi proposta pela Organização Mundial de Saúde – OMS, para substituir o termo droga, geralmente de conotação-pejorativa, englobando toda substância, natural ou sintética que, ao ser consumida, altera uma ou mais funções do organismo. (MIRANDA, 2021, p.77)

São inúmeros os desafios postos à sociedade civil na busca pela redução e eliminação dos danos causados pelas SPAs. Há, portanto, a preocupação com o futuro dos jovens e adolescentes, visto que o uso excessivo dessas substâncias acarreta transtornos mentais, como ansiedade, depressão, dentre outros que prejudicam o seu desenvolvimento e trazem sérios danos e risco à saúde. Interferem de forma notória no cotidiano dos usuários e todos em sua volta, trazendo consigo, impactos sociais, como a mudança comportamental, como a criminalização, a violência, a marginalização, a exclusão social, a redução cognitiva, psíquica e motora, o que compromete drasticamente a capacidade crítica do sujeito e o deixa refém e a mercê do controle da SPA, além de que causam impactos econômicos em grande escala.

As SPAs agem de formas distintas em cada organismo, embora todas atinjam o sistema nervoso central. Existem uma variedade de substâncias psicoativas, e estas vão atuar no cérebro de várias maneiras conforme a quantidade e a complexidade da substância.

O uso e abuso das SPAs causam sensações passageiras ou momentâneas e, os usuários, incluindo os adolescentes, passam a aumentar a dosagem com a finalidade de propagar o tempo de duração dessas sensações. Muitos dos adolescentes não têm a consciência dos danos e riscos causados pelas SPAs. Por outro lado, existem determinantes que os levam a consumi-las, que podem estar ou não associados a fatores típicos da adolescência, assim como também, problemas afetivos, influência de pessoas próximas, tentativa de fuga, além do próprio processo de desigualdade social que coloca tais substâncias na vida destes adolescentes como única forma de inserção e pertencimento social.

Neste trabalho será enfatizada a importância do Assistente Social no trabalho de conscientização e prevenção sobre o consumo e o abuso de substâncias psicoativas na adolescência, refletir sobre quais fatores colaboram para a iniciação do uso e abuso de substâncias psicoativas pelos adolescentes, compreendendo a relevância das políticas públicas na prevenção e enfrentamento desta problemática.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados do projeto de intervenção intitulado de *“Na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência”*, realizado na Escola Municipal Sebastião Gomes da Silva, localizada na zona rural da cidade de Orobó – PE, como programação do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Orobó-PE, no período de 26 de julho à 31 de agosto de 2022.

O trabalho segue organizado em dois itens de discussão teórica intitulados de “*Iniciação, consumo e abuso de substâncias psicoativas na adolescência*” e “*A atuação de políticas públicas na questão do uso e abuso de substâncias psicoativas*”, construídos tendo por base a pesquisa bibliográfica. Em seguida são apresentados os resultados da implementação do projeto de intervenção “*Na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência*”, finalizando-se com a conclusão.

## **2 INICIAÇÃO, CONSUMO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA**

A adolescência configura-se como uma fase da vida humana, marcada entre a infância e a vida adulta, assinalada por diversas transformações que acompanham o seu desenvolvimento e a construção social do indivíduo. É uma fase peculiar na vida humana, marcada por significativas transformações biológicas, psicológicas e sociais, o que implica maior atenção no seu desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). A lei brasileira considera adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. Há aqui um descompasso entre a fixação etária do Estatuto da Criança e do Adolescente e a da Organização Mundial da Saúde, também adotada pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2007, p.7).

Na fase da adolescência ocorrem muitas alterações, destacando-se as alterações hormonais, físicas, psicológicas, emocionais, comportamentais e sociais. É um período de muita instabilidade, de explorações e experimentações, geralmente na busca constante por autoafirmação, autonomia, identidade, empoderamento e estabilidade futura em todos os aspectos (SILVA, ROSA, 2017). Por ser um período de transição e com a ocorrência de múltiplas alterações, sejam corporais, comportamentais, cognitivas, dentre outras, os adolescentes encontram-se em um estado de grande vulnerabilidade, além de que enfrentam problemas como insegurança, problemas de autoestima, ansiedade etc., o que os expõem a situações de risco, como a experimentação de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas).

[...] na maioria das vezes, o adolescente usa a substância como um meio de obter aceitação ou se inserir em grupo de amigos, além de funcionar como um mecanismo de fuga e de enfrentamento das situações e sentimentos negativos, como inseguranças, medos, estresse, cobranças, entre outros. (SILVA, ROSA, 2017, p.51)

O uso e abuso de substâncias psicoativas está associado a diversos fatores que recai sobre a vida do adolescente, havendo uma maior predisposição para que o sujeito inicie o consumo dessas substâncias de forma mais intensificada nesse período, que pode ser por traumas na infância, abuso e Exploração sexual, maus tratos pelos pais ou responsáveis, ou por influência de amigos, familiares, companheiros usuários e pode estar relacionada com problemas de identificação quanto ao sujeito social, problemas afetivos, instabilidade emocional, aspectos econômicos, sociais, e culturais, dentre outros. Os agravos do abuso das SPAs

trazem prejuízos à saúde, a economia e fatores sociais, e por este motivo é alvo de grande preocupação.

De acordo com Lopes e Gonçalves (2018, p.4), “no Brasil, o surgimento das substâncias psicoativas pode ser apontado desde o descobrimento do país, no qual há relatos da utilização de plantas medicinais e psicoativas pelos indígenas”. “O uso de SPAs é um fenômeno bastante antigo na história e constitui um grave problema de saúde pública, com sérias consequências pessoais e sociais no futuro dos jovens e de toda a sociedade” (MARQUES, CRUZ, 2000, p. 32).

Como podemos observar, a cultura do consumo de drogas ou substâncias psicoativas tem vinculação com as raízes históricas da humanidade e como a sociedade vem se organizando. No entanto, é diante do agravante das problemáticas relacionadas ao abuso de tais SPAS que surgiu a necessidade da tomada de medidas com o intuito de amenizar os problemas de saúde, pessoais, jurídicos e sociais apresentados pelos efeitos do uso e abuso dessas substâncias pelos jovens e adultos.

A elevada prevalência no consumo de substâncias psicoativas entre os adolescentes constitui uma ameaça à sua saúde, bem-estar e qualidade de vida. Dentre os diversos danos sociais relacionados ao consumo de drogas, destacam-se os acidentes de trânsito, os prejuízos escolares e ocupacionais, assim como a violência, caracterizada pela ocorrência de brigas, homicídios e a prática de atos ilícitos, que pode ser ocasionada pelo uso dessas substâncias. Além de todos esses agravos, a droga pode ainda proporcionar alterações físicas e mentais, em alguns casos alterações irreversíveis (ALMEIDA, 2011 *apud* FREITAS, 2015, p.17)

As substâncias psicoativas, quando usadas em excesso, causam dependência, prejudicam a saúde, o funcionamento normal do organismo, a qualidade de vida, como também desencadeiam uma série de problemas no cotidiano, como, acidentes no trânsito, evasão escolar, violação à vida, roubos, mortes, e diversos tipos de violência, como a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, e dentre outros problemas, como traumas e transtornos mentais. Neste sentido, não se trata de discutir medidas de cunho punitivista ou proibicionista, mas sim, de trabalho de conscientização na direção da prevenção, sobretudo com os adolescentes, bem como, da redução de danos.

Existem uma variedade de substâncias psicoativas e estas vão atuar no cérebro de várias maneiras, desencadeando diversos estímulos conforme a quantidade e a complexidade da substância.

Os estimulantes fazem o cérebro funcionar mais rapidamente, colocando-o sob um estado de alerta exagerado. Causam euforia e bem-estar, com o consequente aumento da capacidade de trabalho. Como representantes principais desse grupo destacam-se as anfetaminas, o ecstasy e a cocaína. As drogas depressoras fazem com que o Sistema Nervoso Central (SNC) funcione de uma forma mais lenta, produzindo, assim, uma sensação de tranquilidade e de desligamento da realidade. São exemplos desse tipo de drogas os tranquilizantes e os barbitúricos. Os alucinógenos, por sua vez, atuam perturbando o funcionamento do cérebro. Eles não aceleram nem diminuem o ritmo do SNC, mas são capazes de provocar delírios, ilusões e alucinações acompanhados por relaxamento ou euforia. Alguns dos principais representantes desse grupo são a maconha, o LSD e o chá de cogumelos (CEBRID, 2007 *apud* SENGIK, SCORTEGAGNA, 2008, p.74).

É evidente que tem sido observado um aumento no que se refere ao uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas pelos jovens, dando destaque as substâncias lícitas, usada com maior frequência, a exemplo do álcool e tabaco. A iniciação sempre se dá com o uso de uma substância mais “leve”, bebida alcoólica, cigarro, e com o tempo, pode levar ao consumo de substâncias mais “fortes”, como o crack, cocaína, devido aos seus efeitos casuais que os adolescentes buscam, numa tentativa de fugir da realidade, uma felicidade momentânea, sendo a SPA um “combustível” essencial a vida e o adolescente a “máquina”, onde a SPA é a solução para todos os problemas. Em contrapartida, os efeitos colaterais são inúmeros, como mudança de humor, comportamento, perda de consciência, sonolência, alucinações, delírios, estado de alerta, o que pode provocar um acidente de trânsito, relações sexuais desprotegidas, risco eminente de morte, homicídios e suicídios.

Segundo Schenker e Minayo (2005), os fatores de risco e de proteção referente ao uso de SPAs estão associados a seis domínios da vida (o individual, o familiar, o escolar, o midiático, os amigos e a comunidade de convivência) relacionados entre si, sendo que cada pesquisa na área enfatiza determinadas variáveis como, sexo, idade, nível socioeconômico, desempenho escolar, trabalho, uso de drogas na família, dentre outros. Todos esses fatores vão interferir e influenciar na vida dos adolescentes, e as problemáticas que surgem incidem no cotidiano e nas relações sociais, não sendo um problema isolado, mas sim de saúde pública. As substâncias também psicoativas diminuem a função cerebral, a ponto de causar demência.

[...] a questão das drogas não se trata de um fenômeno isolado, já que elas carregam consigo traços da violência, criminalização, dependência química, vulnerabilidade social. Assim, compreendemos a “questão das drogas” como uma das múltiplas expressões da questão social. Nesse sentido, o Serviço Social tendo a Questão Social como objeto de trabalho, e sendo um dos executores das políticas sociais é chamado para integrar as diversas políticas sobre drogas existentes. (OLIVEIRA, 2019, p.2)

Por não se tratar de um problema isolado, o tratamento desses adolescentes em situações como dependência química, transtornos mentais, requer o acompanhamento de profissionais capacitados da área da saúde bem como de reabilitação desses usuários havendo a necessidade de implementação de programas, serviços que colaborem para uma intervenção que se efetive. Contudo, em decorrência dos desmontes das políticas públicas, que avançou significativamente no governo Bolsonaro (2019-2022), as políticas públicas de uma forma geral e, em especial, as voltadas para os adolescentes, estão sendo sucateadas, o que supõe a sua fragilização, precarização e, mais preocupante, estão sendo impregnadas pela lógica conservadora, moralizante e punitivista.

A principal finalidade das políticas denominadas como guerra contra as drogas é a idealização de uma sociedade livre das substâncias psicoativas. Entretanto, de acordo com o contexto histórico mundial, as drogas sempre existiram e permanecerão existindo na sociedade, o que resultou nos questionamentos sobre a eficácia dessas políticas proibicionistas devido ao significativo aumento do consumo de substâncias psicoativas em nível mundial e a negligência nos cuidados às pessoas que não conseguiam ou não desejavam suspender o consumo das drogas. (MACHADO & BOARINI, 2013 *apud* LOPES, GONÇALVES, 2008, p.5)

As discussões em torno da temática substâncias psicoativas sempre provocam grande debate na população, permeado de narrativas que são pautadas em valores morais, conservadores, bem como, sob a perspectiva de problema de saúde pública, redução de danos, entre outros. Nem todo usuário das SPAs é um viciado, porém, existe um tabu em torno dessa discussão, em que grande parte da sociedade não reconhece esse fato. É preciso ter um olhar reflexível e não culpabilizante, cuidar dos usuários requer um posicionamento de toda a população e, principalmente, quando se trata do adolescente, já que existem normativas legais que hipotecam tal responsabilidade de cuidado e proteção a toda sociedade, a começar pela responsabilidade da família e, mais importante ainda, do próprio Estado, no que se refere à criação e execução de políticas públicas nesta área, questão que recuperamos minimamente a seguir.

### **3 ATUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA QUESTÃO DO USO E ABUSO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Como discutido anteriormente, o uso de SPAs acaba ocasionando distúrbios mentais, problemas de saúde, problemas no convívio familiar, evasão escolar, acirramento das relações sociais, mudança de comportamentos, dentre outros fatores, e por este motivo, há uma preocupação de teor público que envolve não somente os órgãos públicos, mas a sociedade civil de modo geral. E dentro desta conjuntura uma das formas de combater o consumo abusivo de SPAs, sobretudo, nos adolescentes, é por meio de estratégias e ações públicas, desenvolvidas no âmbito das políticas públicas, algo recente quando analisado na particularidade brasileira.

A atuação do governo brasileiro, por meio de políticas públicas em relação aos usuários de drogas é considerada recente, historicamente, após longo período de negligência, o governo passou a atuar sobre a questão das drogas através da criminalização, passando pela psiquiatrização, e chegando aos dias atuais com as políticas sobre drogas. (OLIVEIRA, 2019, p.2)

Neste âmbito, o Estado tem a responsabilizada na criação das Leis e de fiscalizar seu cumprimento, e como agente central, tem o dever de promover ações pautadas na prevenção e conscientização do uso e abuso das substâncias psicoativas, apesar de que, existem complexidades a serem observadas nesta atuação, uma vez que, o embate principal se aplica à questão da dependência do uso de SPAs ilícitas, quando as lícitas, amplamente comercializadas no mercado capitalista, têm provocado também efeitos negativos sobre a sociedade. Nesta direção, para as ilícitas, uma das formas adotadas de combatê-las inicialmente foi através do proibicionismo, da criminalização, não tendo surtido efeito como ainda hoje não surte, já que em tese não impede que os adolescentes ou outros indivíduos, tenham acesso a essas substâncias.

De acordo com Fiore (2012, p.14) “ao proibir a produção, o comércio e o consumo de drogas, o Estado potencializa um mercado clandestino e cria novos problemas”. O Estado com tais atitudes, acaba por ampliar o consumo e a produção ilegal dessa substância (de grande valia para o capitalismo) na esfera econômica, e por aumentar os estigmas que recai nas SPAs e seus usuários, causando impactos de forma expressiva na sociedade através de atos punitivos e proibicionistas.

Substâncias lícitas, como álcool e tabaco são produzidas e comercializadas legalmente, e assim como a cocaína e o crack (substâncias ilícitas) causam dependência. Portanto, existe uma estigmatização em relação a esses dois grupos por parte da população, apesar de que o consumo de SPAs existe há muito tempo, sendo utilizadas de forma mais simples (artesanal) e na contemporaneidade são manipuladas em laboratórios, onde outros elementos são adicionados de modo a produzir uma substância mais potente com tendência a aumentar o tempo de duração dos seus efeitos.

Durante um longo período, a legislação brasileira baseou suas políticas públicas em ações de caráter higienista, com determinações invasivas em relação ao usuário de substâncias psicoativas, preconizando a utilização das internações compulsórias e tratamentos obrigatórios que resultavam na interdição dos direitos dos usuários. (LOPES, GONÇALVES, 2008, p.3)

Os mecanismos utilizados assumiam um papel higienista em detrimento da preservação da saúde e do bem-estar social, a exemplo das primeiras formulações da Política de Redução de Danos (PRD), que tinham como finalidade a eliminação do uso de substâncias psicoativas da sociedade. Todavia, ao pregar a promessa de uma sociedade livre de substâncias psicoativas, a PRD fazia a utilização de dispositivos como, prisão, internamentos manicomiais, comunidades terapêuticas etc. Dispositivos estes, que violam os direitos dos usuários.

Ao longo do tempo, as políticas públicas nesta área foram sendo modificadas e reconstruídas, passando a ter um papel mais inovador de modo a suprir as demandas que surgem, diferentemente das estratégias aplicadas no método tradicionalista, implementando novos mecanismos e dispositivos no tratamento e cuidado com os usuários, atuando de forma humanizada e atendendo as necessidades dos sujeitos, sem violar os seus direitos humanos, através de medidas interventivas, como a prevenção, assistência social, o que implica na redução de danos e fortalecimento da proteção social dos indivíduos, de seus familiares e comunidade. Como podemos observar,

Em vista disso, a criação da Política Nacional sobre Drogas em 2005, um marco legislativo no âmbito, seguido da Lei 11.343 de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas (SISNAD); da Portaria 3088 de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas portadoras de transtornos mentais e usuários de álcool e outras drogas, na esfera da saúde pública; e mais recente, o CPV, programa “Crack, é possível vencer” de 2013 representou um significativo avanço com relação a resposta do Estado para essa questão, contudo, ainda persistem lacunas assistenciais motivadas pela falta de conhecimento científico e por interesses e jogos políticos de distintos setores. (BELLO, 2015 *apud* OLIVEIRA, 2019, p.4)

Recuperado esta trajetória, foi construída a Política Nacional de Drogas em 2005, o Sistema Nacional de Políticas de Drogas em 2006, a Rede de Atenção Psicossocial em 2011 e o programa Crack, é possível vencer, em 2013. Devemos destacar ainda que, todos esses avanços foram abalados nos últimos quatro anos, na gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), que não só aprofundou o desmonte das políticas públicas, o que inclui esta rede, mas também, se encarregou de aprofundar a luta conservadora de guerra às drogas, o que reflete, sobretudo, a escolha pela criminalização da pobreza.

Voltando para a forma como tal política atua sobre a questão das drogas, está o desafio da criação de estratégias de enfrentamento da dependência, sob a lógica

da redução de danos e conscientização. De acordo com Santos e Carrapato (2009, p.7), " a dependência acontece com a adaptação do organismo, a uma determinada substância psicoativa, assim o organismo acomoda-se, estabelecendo uma adaptação da substância [...]". Desse modo, a dependência resulta em um processo no qual o organismo se adapta aquela substância, e por este e outros motivos, é um dos fatores centrais e de grande repercussão no Brasil e no mundo. A criação de políticas antidrogas, bem como projetos, campanhas, programas, são estratégias executadas na luta e prevenção contra o uso e o abuso de SPA, medidas estas, que têm surtido efeito, ao proporcionar aos usuários acesso a serviços socioassistenciais. Todavia, esse enfrentamento consiste em um desafio para toda sociedade civil, e não apenas dos usuários e seus familiares. Portanto, envolve a junção de todos os setores, quais sejam o Estado, família, sociedade civil, Educação, Saúde etc. E sob esta perspectiva, a criação de dispositivos, programas, projetos, campanhas, instituições, se tornam uma ferramenta crucial no enfrentamento ao uso e abuso de SPA, como é o caso da criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):

[...] A Portaria N.º 3.088 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), inclui as ações de Redução de Danos entre suas estratégias, o que torna a responsabilidade pelas aplicações de suas ações não somente da comunidade e pessoas próximas, mas de todos os profissionais que compõem a Rede de Atenção Psicossocial. (LOPES, GONÇALVES, 2008, p.8)

A RAPS foi instituída para indivíduos em estado de sofrimento ou problemas mentais em decorrência do uso de SPAs. A RAPS, além de propor medidas que visem a reabilitação e tratamento do usuário, incluem nesse processo, a família e a comunidade. A RAPS consiste na disponibilização de vários serviços de forma articulada, dispendo de ações que favorecem o cuidado integral dos usuários que apresentam algum transtorno mental ou problemas mentais decorrentes do consumo de SPA. Nesta perspectiva, os adolescentes que se encontram dentro desse quadro, recebem toda a assistência, acolhimento e acompanhamento nos serviços nos quais terão acesso, assim como seus familiares e sua comunidade.

Na atenção psicossocial, o sujeito é percebido em sua existência para que ocorra o resgate da sua autonomia e de sua cidadania, além da efetivação de um cuidado em saúde relacionado à manutenção dos direitos humanos e de suas premissas ético-políticas que são fundamentais para nortear a produção do cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas." (LOPES, GONÇALVES, 2008, p.11)

Nesta perspectiva, o usuário passa por um atendimento integral, com procedimentos de acompanhamento social, psicológico, médico, terapêutico, cujas medidas tomadas não o estigmatizam e não violam seus direitos humanos. Uma das estratégias, é resgatar a autonomia e a cidadania desses sujeitos, com a finalidade de promover a inserção dos usuários novamente na sociedade. Dentre os serviços que são ofertados pela Rede de Atenção Psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas, estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS propõem uma nova roupagem acima do método tradicionalista no cuidado com os usuários, com serviços que incluem um espaço na comunidade e no território, promovendo a ampliação dos cuidados para com os familiares dos

usuários. Existem vários tipos de CAPS que ofertam serviços variados de acordo com as especificidades e necessidades dos indivíduos.

Entre os tipos de CAPS, os destinados ao atendimento a usuários de SPA são conhecidos como CAPS Álcool e drogas (CAPS ad). Esses vêm assumindo lugar estratégico na organização da rede comunitária, a partir da criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 3088 de 23 de dezembro de 2011. (PAIM *et al*, 2017, p.2)

Os CAPS AD são equipamentos criados com o intuito de proporcionar um tratamento adequado a quem se encontra em estado de sofrimento devido ao uso de SPAs e com transtornos mentais. O CAPS AD, perante as ideias baseadas na reforma psiquiátrica, é designado como um serviço público, voltado para a atenção diária, visando o tratamento com usuários, incluindo os adolescentes, um grupo bastante vulnerável e afetado no que se refere ao consumo das SPAs, prestando serviços que, não só incluem os usuários, mas também seus familiares e comunidade (LARCEDAS, ROJAS, 2017). “O serviço objetiva fortalecer os laços sociais do usuário e integrá-lo ao território em que vive, além de prestar atendimentos médico e psicológico”. (MOREIRA, SANTOS, 2016, p. 10)

Nos CAPS, os usuários possuem atendimento diário, planejado, sistematizado, humanizado, são acolhidos e acompanhados por profissionais, tais como, psicólogos, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, dentre outros, ou seja, uma equipe multidisciplinar que vai trabalhar em conjunto, objetivando a evolução do tratamento do usuário, onde a internação, será um recurso utilizado em situação de grande necessidade, quando as intervenções anteriores não tenham surtido o efeito esperado.

Segundo Moreira e Santos (2019) a internação psiquiátrica, pode ser classificada em voluntária, involuntária e compulsória. Na internação voluntária, o usuário aceita a internação por livre vontade, com o objetivo de se tratar e reduzir a presença de SPAs no seu organismo, em caso de dependência, sendo garantido o direito de escolha da suspensão da internação. Já na internação involuntária, ocorre sem a permissão do usuário, sendo aplicada nos casos que se trata de ato infracional, casos de indicação médica e, em casos em que o usuário, incluindo os adolescentes, não tem mais controle sobre seus atos, considerando também a dificuldade da própria família no trato desta situação. A internação compulsória é instituída por determinação judicial e não depende de autorização da família ou responsável pelo usuário.

Porém, nem sempre os usuários recebem um tratamento de qualidade devido à ausência de recursos financeiros, de profissionais capacitados, além da falta de espaços adequados, da precarização das condições de trabalho, dentre outros fatores que acabam por incidir de forma negativa na reabilitação e recuperação dos adolescentes.

Apesar destas dificuldades enfrentadas, outros esforços foram sendo feitos na intenção de garantir o atendimento a este público, como a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o SISNAD.

Em 2006, foi aprovada a Lei n. 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em consonância com a política sobre drogas vigente. Esta lei tentou reunir os dois instrumentos normativos anteriores: as



Leis 6.368/1976 e 10.409/2002, revogando-os a partir de sua edição, com o reconhecimento de diferenças entre as figuras do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de modo diferenciado e a ocupar capítulos diferentes da lei. (BRASIL, 2006, p.1)

O SISNAD consiste em um sistema que adota medidas de cunho preventivo, propiciando ao usuário acessibilidade ao tratamento, com a atenção direcionada para inseri-los no convívio social, além de apresentar como órgão superior o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD). O CONAD tem papel fundamental nas orientações acerca da Política Nacional sobre Drogas, e por apresentar um papel central neste contexto, além de promover orientações vai também atuar no monitoramento e execução do Plano Nacional de Drogas, o que “[...] envolve diversos atores na esfera federal, estadual e municipal por atuar de forma transversal entre as políticas públicas dos órgãos”. (BRASIL, 2006, p.1).

Desta forma, o SISNAD é fruto da ação de órgãos, a exemplo, do Ministério da Saúde, Ministério da Defesa Civil, Ministério da Justiça, Ministério da Cidadania, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistencial Social, dentre outros, que se articulam e planejam as melhores formas de combater o consumo e o abuso de substâncias psicoativas e como cuidar dos sujeitos afetados por ela. Dentre as articulações, estão questões como prevenção, financiamento<sup>2</sup>, reintegração social, promoção da saúde, gestão, controle e conscientização.

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD), definida pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), prevê em Brasil (2008), a responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Municípios e sociedade. Sendo que a União tem por dever, por meio do SISNAD, articular, interagir, organizar e coordenar as políticas de prevenção, atenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de substâncias psicoativas. Estados e Municípios são os executores dessas políticas. (MOREIRA, SANTOS, 2019, p.19)

A PNAD apresenta um papel importante na luta contra o consumo abusivo de substâncias psicoativas, objetivando a conscientização da população, além de proteção social, proteção à saúde, proteção econômica, acesso a serviços assistenciais, incentivo a pesquisas que ajudem no conhecimento e combate às substâncias, bem como, no cuidado com os usuários. Outra política pública, é o Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras Drogas, instituído sob o Decreto N. 7.179, em 20 de maio de 2010, e alterado em dezembro de 2011, pelo decreto, N. 7.637.

§ 2o O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas têm como fundamento a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública,

---

<sup>2</sup> Sobre o Financiamento, importante destacar a existência do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), que “[...] é gerido pela secretaria nacional de políticas sobre drogas (SENAD) e os seus recursos são constituídos de dotações específicas estabelecidas no orçamento da união, de doações, de recursos de qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo”. (MOREIRA, SANTOS, 2019, P. 20). Os recursos do FUNAD são gastos com ações preventivas, capacitações, pesquisas, campanhas, demandas, projetos, tratamento relacionados às substâncias psicoativas, e para outros fins.

educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2010, p.1).

O Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras Drogas é composto por vários campos estratégicos, incluindo a saúde, educação, assistencial social, cultura, segurança pública etc. e tem como base, propiciar aos usuários, sejam adolescentes, adultos, ou outros grupos, a ampliação do cuidado, da prevenção, a oferta de tratamento, além de ações que promovam o enfrentamento à comercialização e ao tráfico de substâncias psicoativas.

As iniciativas preventivas em questão, têm o objetivo de estimular a população por meio de campanhas e projetos, e atividades assistenciais e socioeducativas atingindo a todo tipo de público, dando destaque principalmente aos adolescentes, no qual, neste cenário, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é um órgão presente no setor territorial da comunidade, que atua sob este mecanismo, na prevenção, ofertando serviços, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF), que em conjunto com o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), tem dentre suas aptidões, identificar possíveis casos, realizar encaminhamentos, abordagens educativas, orientação e apoio familiar, etc.

É neste sentido que também compete à proteção social básica, ofertada pelo CRAS, atuar na prevenção e conscientização do uso de SPAs o que significa que esta competência também se coloca como demanda profissional para o Assistente Social, enquanto um dos mais importantes técnicos que compõem a equipe do CRAS. A partir disso, o item a seguir relata a experiência da execução de projeto de intervenção na área do Serviço Social, o que nos possibilita tecer algumas análises e reflexões do processo de intervenção profissional no equipamento de proteção social básica da Assistência Social e do trabalho em rede na esfera da educação básica, cuja parceria é importante no que se refere ao trabalho de conscientização do uso e abuso das SPAs entre os adolescentes.

#### **4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA”**

O elevado aumento do uso e abuso de substâncias psicoativas configura uma problematização social de grande magnitude a partir do capitalismo, por ser tornarem as SPAs também uma mercadoria lucrativa ao capital e, ao ser externalizada no meio social como caso público e político, se torna uma expressão da “questão social”. Neste sentido, ela consiste em uma problematização de grande repercussão e enfrentá-la é um desafio que se coloca também para o Serviço Social, fato que justificou a formulação e execução do projeto de intervenção intitulado de “*Na linha de frente do combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência*”, aqui relatado.

O projeto de extensão em questão foi desenvolvido no âmbito do Estágio Supervisionado em Serviço Social II e III, tendo sido o estágio realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Orobó-PE. No entanto, a execução do projeto de extensão se deu em parceria com a Escola Municipal Sebastião Gomes da Silva, do mesmo município, portanto, todas as atividades foram desenvolvidas nesta escola, cujo público-alvo principal foram os adolescentes regularmente matriculados e que estavam frequentando a escola no período da

realização do projeto de extensão, qual seja, entre 26 de julho a 31 de agosto de 2022.

Sobre o público-alvo, são estudantes que residem na zona rural, pertencem a famílias carentes e que são beneficiárias do auxílio Renda Brasil, além de algumas famílias que trabalham em atividades do campo. Quanto às questões étnico-raciais, em sua maioria são negros.

A escolha pela escola se justificou pela concentração de adolescentes, já que ela é um equipamento de educação básica, ofertando o ensino fundamental. Portanto, visando atingir o maior número de participantes possível, estabeleceu-se esta parceria institucional, o que evidencia, desde já, a importância da intersectorialidade e do estreitamento entre as instituições que compõem a rede de proteção social de crianças e adolescentes, o que contribuiu na efetivação das ações desenvolvidas, neste caso, relacionadas à conscientização e ao enfrentamento do uso e abuso de SPAs por adolescentes. A partir disso, o projeto de intervenção foi executado em três etapas, conforme segue detalhamento, análises e reflexões.

Na primeira etapa, foi realizado a aplicação de um questionário com a finalidade de diagnosticar o possível uso de alguma SPA pelos adolescentes participantes do projeto de intervenção. Ao todo, participaram desta etapa, 32 adolescentes, com faixa etária entre 13 a 15 anos. A partir dos dados coletados, o álcool se apresentou como a substância psicoativa mais frequente no que se refere ao uso pelos adolescentes. Além disso, 90% dos adolescentes desconheciam o termo “substâncias psicoativas” e ainda não tinham conhecimento satisfatório acerca das problemáticas causadas pelo consumo abusivo dessas substâncias, fato que mudou, quando destacado que, na linguagem comum, tal termo se refere ao que se acostumou designar de “drogas”. A partir disso, a maioria destacou que já possuía algum conhecimento prévio. Ainda conforme os dados, cerca de 45% dos adolescentes apontaram nunca ter usado substâncias psicoativas e 55% já tiveram contato.

Cerca de 37,5% dos participantes apontaram não conhecer os efeitos provocados pelas substâncias psicoativas no organismo e 62,5% citaram alguma consequência do uso das substâncias, inclusive, fazendo a associação, como por exemplo, problemas decorrentes do uso de tabaco. Cerca de 15% dos participantes responderam que uma forma de evitar o uso de substâncias é não comprando, 43,7% responderam que um meio de evitar seria não se influenciar por outras pessoas quanto ao uso, e 41,3% apontaram não saber como evitar o uso de substâncias. Ainda, 45% não sabem que órgãos públicos procurar em caso de eventuais problemas decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas e, em contrapartida, 55% citaram instituições como o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia.

No que se refere à procura por ajuda, é importante destacar que os dados são expressivos quando indicam uma tendência de que muitos dos adolescentes não procuram atendimento por medo de ser repreendido e culpabilizados por ser um usuário de SPA ilícita. Sob esta lógica, este tipo de substância é a que mais tem sido discutida em todos os setores (econômicos, sociais, saúde, educação, cultura etc.), embora as substâncias lícitas também tenham provocado problemas sociais de grande repercussão, tais como, acidentes no trânsito, furtos, roubos, abandono familiar, tráfico de drogas, evasão escolar, gravidez indesejada etc. Segundo Oliveira (2019), no que se refere aos psicoativos, muitos são os desafios postos ao Serviço Social, tais como, o proibicionismo, a criminalização, assim como,

características estruturadas e herdadas do sistema manicomial, com as internações, a exemplo, as internações compulsórias.

A aplicação do questionário foi de suma importância na execução do projeto, pois a partir dele, foi possível conhecer a realidade dos adolescentes da escola em questão, identificando casos de uso e abuso de substâncias psicoativas, bem como, na tentativa também de identificar a motivação que os levou ao consumo. Dessa maneira, fica evidente a importância de se realizar diagnósticos com o público assistido pelos serviços executados no âmbito do exercício profissional, pois ele possibilita um melhor planejamento e direção das ações desenvolvidas.

Na segunda etapa, foi realizada uma palestra sobre a temática abordada no projeto de extensão, qual seja, a conscientização e a prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência. Esta etapa contou com a participação da Assistente Social técnica do CRAS, a qual realizou uma primeira abordagem de forma lúdica com os adolescentes. Após esta introdução, a discente estagiária deu continuidade a palestra, com utilização do recuso de apresentação de slides, tendo sido feita a exposição do material através do aparelho de TV, devido a ausência do Data Show na escola. No decorrer da apresentação, houve participação dos adolescentes, que trouxeram indagações e informações durante a discussão. E, mesmo apesar de não partir de experiências individuais dos próprios adolescentes, eles conseguiram fazer a associação, devido já ter ouvido falar ou conhecer pessoas que fazem o uso de substâncias psicoativas, sendo as mais comuns, dentre as citadas durante as discussões, o álcool e o tabaco. Para finalização desta etapa, foram entregues materiais, canetas, lápis, cartolinas, tesoura, imagens etc. para que os adolescentes produzissem cartazes com base nas informações que eles obtiveram com a palestra e o debate.

A atividade foi exitosa, pois possibilitou a ampliação do conhecimento prévio dos adolescentes acerca da temática, além de ter promovido um espaço de reflexão e solução de dúvidas entre os alunos, a partir dos relatos e das associações feitas pelos mesmos a casos de pessoas próximas, dentro do cotidiano deles. Desse modo, por meio das abordagens realizadas nesta etapa, nota-se que a atuação do Assistente Social dentro de temáticas como esta, é de grande relevância, visto que o uso e o consumo de substâncias psicoativas não é algo da contemporaneidade, sua prática vem desde os primórdios, e pela gravidade e consequências que o uso abusivo ocasiona, essa prática abrange um olhar a mais do que se relaciona apenas a aspectos de saúde, uma vez que impacta na sociedade de modo geral, se tornando uma “expressão da questão social” e, portanto, uma demanda para o Serviço Social.

E nesta perspectiva, como forma de enfrentar as expressões da questão social, o Serviço Social, enquanto profissão, se inscreve como o veículo, que por meios de sua intervenção profissional propicia aos adolescentes a viabilização de seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988, bem como, os estabelecidas no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), acessando às políticas públicas, na questão aqui problematizada, as políticas específicas para enfrentar as consequências decorrentes do abuso e abuso das SPAs, além de outras expressões da “questão social” que se materializam na vida destes adolescentes, que somadas, conformam uma realidade difícil de vulnerabilidade social, comprometendo o desenvolvimento físico, psicológico, social, político e cultural. O enfrentamento do uso e abuso das SPAs requer um trabalho contínuo e a inserção dos adolescentes usuários na rede de atendimento.

Por meio desta etapa foi possível transmitir informações e dar suporte aos adolescentes, ao abordar não apenas sobre a temática, mas também, informar e orientar acerca dos instrumentos de proteção social, a exemplo, o CRAS, o CREAS etc. e de seus direitos previstos tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como pela Constituição Federal de 1988, o que evidencia a importância e a fundamental contribuição do Serviço Social de garantir o direito à informação, além de instruir os usuários de como acessar serviços e benefícios, que são direitos garantidos legalmente.

Por fim, na terceira e última etapa, foram entregues panfletos, nos quais continham informações precisas sobre o que são as substâncias psicoativas, quais os tipos, consequências do uso e abuso do consumo, serviços de proteção social, dentre outras informações, para incrementar ainda mais o conhecimento acerca do tema trabalhado na etapa anterior. Com isso, destaca-se a importância também de buscar outras formas de comunicação junto ao público assistido, sendo o uso de recursos materiais com informações bem formuladas, um ganho no processo de conscientização e educação dos adolescentes, o que requer criatividade e domínio de conteúdo do Assistente Social na formulação de tais materiais.

Considerando a fragilidade e a vulnerabilidade social que recai sobre grande parte da população assistida pelos equipamentos da Assistência Social e da rede pública de educação, o projeto de extensão demonstrou-se importante, pois a partir das ações educativas, dos debates, da troca de informações, foi proporcionado aos adolescentes informações importantes e relativas aos instrumentos de proteção social, além de enfatizar seus direitos sociais, e as instituições envolvidas com o objetivo de viabilizar esses direitos, e de combate à violação dos mesmos, nos quais, puderam compreender o seu papel na sociedade e como as substâncias psicoativas podem interferir na sua construção social.

Através de ações educativas, o projeto promoveu a conscientização, na perspectiva preventiva, com a finalidade de proteger os adolescentes, mediante a vulnerabilidade na qual se encontram, uma vez que a adolescência traz consigo manifestações típicas dessa fase. Ao término do projeto, constatou-se que os adolescentes absorveram as informações, e com isso, os resultados a priori foram positivos, sendo uma proposta que pode ter continuidade pela instituição, uma vez que trabalhar a temática, o uso de substâncias psicoativas na adolescência, requer um processo contínuo e intersetorial, através de atendimentos nos equipamentos, como CAPS AD, CRAS, CREAS, Escolas, dentre outros, que objetivam a prevenção e o tratamento dos adolescentes usuários de SPAs, de modo a proporcionar ao adolescente um crescimento saudável e evitar a ocorrência e/ou acirramento dos problemas sociais.

O projeto de intervenção possibilitou momentos de grandes aprendizagens, bem como, afirmou a importância do papel do Assistente Social nesta temática. Existem muitos desafios para este profissional nesta área, desafios que requerem uma atuação crítica e propositiva, pautada em muito conhecimento e estudo da realidade social.

O profissional de Serviço Social no desenvolvimento de suas atribuições e competências, frente ao trabalho de prevenção e redução de danos das SPAs, deve se posicionar de forma ética e coerente, respeitando o código de ética que rege a profissão e que se estrutura a partir da liberdade, criando estratégias eficazes na prestação de serviços aos usuários, tratando o adolescente de forma humanizada, desconstruindo estigmas, rótulos e preconceitos, propondo ações que fortaleçam a proteção social e que visem à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, através da

identificação de supostos usuários, encaminhamentos a serviços, acompanhamentos dos usuários e dos familiares, visitas domiciliares, etc.

A prevenção ainda exerce uma função desencadeadora no agir profissional do assistente social, que norteado por um código de ética, é um executor de políticas públicas, voltado para a qualidade de vida de seus usuários, e amparado pela Lei, busca respaldo na garantia de efetivação de direitos sociais. Entendendo ser de direito a liberdade do indivíduo, que tanto a droga rompe, quando o usuário se encontra dependente, pois esta doença traz consequências biológicas, psicológicas e sociais, intervindo diretamente num direito fundamentalmente humano. (SANTOS, CARRAPATO, 2009, p.19)

E sob esta perspectiva, o Assistente Social deve estar sempre se renovando no sentido de criar, e recriar novos instrumentos de trabalho para que as respostas dadas ao enfrentamento da questão social tenham fundamentos e efetividade, o que requer uma formação continuada. Dito isto, o estágio supervisionado, bem como, a elaboração e execução do projeto de intervenção, são importantes na construção da formação profissional, onde esta, deve absorver os conhecimentos, como também, desenvolver a capacidade de criar estratégias eficazes na transformação da realidade social dos sujeitos.

## **5 CONCLUSÃO**

O uso e abuso de substâncias psicoativas resulta em grandes complicações na vida e no desenvolvimento dos adolescentes, e por apresentar consequências severas ao organismo, que podem ser reversíveis ou não, demandam uma atenção de todos que fazem parte da sociedade, e assim como a pobreza, a implicações que envolvem o uso e abuso de psicoativos, é caracterizada como uma das múltiplas faces das expressões da questão social.

A tendência ao consumo dessas substâncias ocorre com maior frequência na adolescência em virtude ao estado de vulnerabilidade em que este grupo se encontra, onde passam por transformações que perpassam os aspectos biológicos, partindo para questões que norteiam o psicológico, a percepção e o cognitivo. Há a busca pela autonomia, pela identidade social, nos quais fatores como este, bem como o distanciamento familiar, término de relacionamento, influência de amigos, isolamento, podem ser determinantes fortes para a iniciação do consumo de substâncias psicoativas.

As SPAs, como objeto de estudo e demanda que abrangem o trabalho do assistente social, exige um profissional ativo e atuante que possibilite aos usuários, o acesso a políticas sociais e a garantia de direitos que permitam aos sujeitos viver com dignidade, além de transformar a realidade social em que ele se encontra. Nesta perspectiva, a prevenção é um instrumento crucial no combate ao uso e abuso de substâncias psicoativas na adolescência, podendo ser realizada dentro da família, da escola e por meio de dispositivos, como o Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e de múltiplos profissionais, incluindo os assistentes sociais, de modo a proporcionar a garantia da proteção social dos adolescentes e evitar o acirramento dos efeitos das SPAs, como a dependência, para que os adolescentes tenham um crescimento sadio. Portanto, o assistente social em seu exercício profissional deve ampliar seus conhecimentos e criar estratégias interventivas que possibilite melhorias na vida dos usuários.

A elaboração e execução do projeto de intervenção é um aporte no processo de construção e formação do profissional em Serviço Social por proporcionar uma aproximação com o contexto e realidade social dos sujeitos. Com o projeto, os adolescentes tiveram acesso a informações relevantes sobre o uso e abuso das SPAs e seus agravantes. Além de que, o projeto proporcionou um debate, com a socialização de forma significativa, sem estigmatização de quem é usuário ou não, dentro de uma perspectiva de cunho preventivo e de conscientização, cujos resultados foram positivos.

O estudo em questão, permitiu a ampliação do conhecimento, favorecendo a reflexão crítica acerca dos problemas sociais que incidem no cotidiano dos grupos sociais, dentre eles, os adolescentes, e como as substâncias psicoativas estão intrincadas dentro da sociedade, fazendo parte do consumo diário, seja um simples café ou inalação de alguma SPA. O acesso a essas substâncias, mesmo com as proibições e restrições, é viável para os adolescentes devido o negligenciamento da própria sociedade capitalista, que está mais preocupada com a lucratividade e venda desse produto, do que com os danos causados nos usuários. E portanto, quando a situação foge do controle que é proposto a incrementação de políticas públicas e ações interventivas com a finalidade de conter ou corrigir os agravos provenientes do uso e abuso de SPAs principalmente entre os adolescentes. A prevenção e conscientização, além de proporcionar aos adolescentes o acesso a políticas públicas, são estratégias importantes no enfrentamento das SPAs. O Assistente Social é um profissional que contribui positivamente nesse processo, capaz de traçar, criar e recriar intervenções junto aos usuários, seus familiares e comunidade, viabilizando o acesso as políticas, programas, projetos, atuando no enfrentamento dessa expressão e de outras da “questão social”, pensando sempre na transformação da realidade do usuário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Política Nacional de Drogas**. 2006. Publicado em 11/11/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas> Acesso em: 18 de set. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Composição do SISNAD. Publicado em 20/05/2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/composicao-do-sisnad-1>> Acesso em: 18 de set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 7.179**, de 20 de maio de 2010. Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Diários das leis. Brasília, 20 de maio de 2010. Disponível em:< <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/214283-plano-integrado-de-enfrentamento-ao-crack-e-outras-drogas-institui-o-plano-integrado-de-enfrentamento-ao-crack-e-outras-drogas-cria-o-seu-comitu-gestor-e-du-outras-providencia.html>> Acesso em: 18 de set. 2022.

FIORE, M. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas.** Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100002>> Acesso em: 10 de nov. 2022.

FREITAS, L.O. **O uso e abuso de substâncias psicoativas por adolescentes: uma proposta de intervenção.** Minas Gerais 2015, P.12. Disponível em:< <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/uso-abuso-substancias-psicoativas-adolescentes.pdf>> Acesso em: 29 de jun. 2022.

LACERDA, C.B.; ROJAS, M.F. **Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso.** Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0060>> Acesso em: 09 de set. 2022.

LOPES, H.P.; GONÇALVES, A. M. **A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade.** Disponível em:<&lt;file:///C:/Users/ESCOLA%2001/Downloads/2858-9621-1-SM.pdf&gt; Acesso em: 29 de jun. 2022.

MARQUES, A.C.P. R.; CRUZ, M.S. **O adolescente e o uso de drogas.** Braz. J. Psychiatry 22 (suppl 2) • Dez 2000. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600009>> Acesso em: 27 de jun. 2022.

MIRANDA, M. B. S. **Desvelando conceitos: a questão das substâncias psicoativas.** Disponível em: <file:///C:/Users/ESCOLA%2001/Downloads/4209-Texto%20do%20Artigo-28879-1-10-20211112%20(1).pdf> Acesso em: 04 de jun. 2022.

MOREIRA, C.A. M.; SANTOS, S. M. S. **Políticas públicas para os usuários de substâncias psicoativas.** Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/437/1/Claudia%20Albuquerque%20Mangueira%20Morerira.pdf>>>Acesso em: 09 de set. 2022.

OLIVEIRA, P.S. **As drogas e serviço social: a complexidade da atuação profissional entre o proibicionismo e a garantia de direitos.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Tema: 40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília: out. 2019.

PAIM, B.R.; PORTA, D.D.; SARZI, D.M.; CARDINAL, M.F.; SIQUEIRA, D.F.; MELLJP, A.L.; TERRA, M.G. **Atendimento ao adolescente usuário de substâncias psicoativas: papel do centro de atenção Psicossocial.** UFSM. 2017. Disponível:<<https://www.redalyc.org/journal/4836/483654742011/>> Acesso em: 29 de jul. 2022.

SANTOS, T. C.; CARRAPATO, J. L. **As consequências do uso de substância psicoativas no aspecto biopsicossocial.** Disponível:<



<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2196/2355>>  
Acesso em: 09 de set. 2022.

SCHENKER. M.; MINAYO. M. C. S. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência.** Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000300027>> Acesso em: 27 de jun. 2022.

SENGIK, A. S; SCORTEGAGNA, S. A. **Consumo de drogas psicoativas em adolescentes escolares.** Psic v.9 n.1 São Paulo: jun. 2008.

SILVA, M.L.; ROSA, S.S. **Jogos e música: recursos terapêuticos ocupacionais no tratamento de adolescentes usuários de substâncias psicoativas.** Adolesc. Saude, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 50-57, out/dez 2017. Disponível em:< [https://www.researchgate.net/profile/Meire-Silva-3/publication/360263954\\_Jogos\\_e\\_musica\\_recursos\\_TO\\_no\\_tratamento\\_de\\_adolescentes\\_usuarios\\_de\\_substancias\\_psicoativas/links/626c29970df856128f87c132/Jogos-e-musica-recursos-TO-no-tratamento-de-adolescentes-usuarios-de-substancias-psicoativas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Meire-Silva-3/publication/360263954_Jogos_e_musica_recursos_TO_no_tratamento_de_adolescentes_usuarios_de_substancias_psicoativas/links/626c29970df856128f87c132/Jogos-e-musica-recursos-TO-no-tratamento-de-adolescentes-usuarios-de-substancias-psicoativas.pdf)> Acesso em: 28 de jul. 2022.

## **ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**











## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação do curso (Bárbara Figueredo e Thereza Karla) pelo empenho e dedicação.

Aos professores que passaram por nossa turma nestes cinco anos de estudo pelo compromisso, zelo, responsabilidade e contribuição, nos proporcionando leituras e debates essenciais para nossa formação.

As meus pais, João Alves e Maria Izabel Aires, aos meus irmãos, Andréa Alves, Mariana Alves, Elizabete Alves, Ismael Souza, Josiano Alves e aos meus amigos, Amanda Karina, Fabiana Luzia, Wesley Wedson, Paulo Vitor, Débora Jaíne, pelo incentivo e apoio.

Aos colegas de classe em especial (Eduardo Mariano, Ranniely Andrade, Jacinta Barbosa, Lidiane Freitas, Thaiane Silva, Evellin Barbosa, Mikaele Matias e Thaís Éllen) pelos conhecimentos compartilhados, pela amizade, apoio e companheirismo.

À minha supervisora de campo, Júlia Albuquerque por todo ensinamento e parceria durante os estágios.

Ao meu Orientador, Fabrício Rodrigues por todo engajamento e compromisso no planejamento e desenvolvimento do meu trabalho.